



APRESENTAÇÃO

Falando da crise

A questão que nos assalta com frequência nestes tempos difíceis, designadamente a quem, como nós, tem acompanhado o trajecto do cooperativismo durante uma vida, prende-se com o querer entender como reagem as organizações cooperativas ao turbilhão das crises cíclicas dos sistemas económicos, e, de um modo mais abrangente, das sociedades em geral.

Sabe-se que a economia portuguesa está em recessão. Assistimos diariamente ao encerramento de empresas e ao inevitável acréscimo de desemprego, a que, também inevitavelmente, se associa a instabilidade social.

Como “desatam” então as cooperativas o nó das conjunturas críticas?

As cooperativas são empresas que se caracterizam por um modelo de trabalho não intensivo, o que permite que os ajustamentos em períodos de crise não se façam à custa do drama da redução do emprego. Para além disso, é reconhecida a polivalência dos trabalhadores cooperativos que, pela experiência diversificada e o conhecimento que detêm da organização, se transformam em elementos estruturais indispensáveis.

Também, pela seu posicionamento marcadamente local, as cooperativas não recorrem a estratégias de deslocalização do investimento, continuam sim a canalizar todo o valor criado para as comunidades que lhes deram origem.

São igualmente empresas que construíram toda a sua dinâmica assente em meios financeiros escassos, o que historicamente tem forçado os dirigentes a um desempenho baseado na arte nascida da necessidade.

As cooperativas desenvolveram-se desde sempre assentes num modelo de solidariedade direccionado para a satisfação das necessidades dos cooperadores, o que tem favorecido a sustentabilidade de uma cultura empresarial virada para o ser e não apenas para o ter.

Deste modo, estas organizações parecem ter uma capacidade adaptativa que não se encontra, regra geral, em entidades vocacionadas para o ganho de determinados níveis de rentibilidade e que se tornam destituídas de sentido quando esses níveis não se conseguem atingir.

O que leva a fazer este tipo de afirmações? Talvez a intuição ou a convicção que resulta da análise da realidade que diariamente nos “passa entre as mãos”, e que nos permite retratar de forma sumária o comportamento das cooperativas em anos de profunda crise.

Assim, para 2007, os dados que vamos apresentar a partir da Central de Balanços do Sector Cooperativo reportam a cerca de um milhar de organizações pertencentes aos diferentes ramos cooperativos.

Todos os ramos estudados para a amostra assinalada apresentaram, em média, resultados líquidos positivos, exceptuando o ramo do consumo. Revelaram, em termos gerais, uma estrutura financeira equilibrada, com indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de solvabilidade dentro dos parâmetros aconselháveis numa abordagem clássica. O ramo da Habitação e Construção é o que detém, em média, uma autonomia financeira mais débil, de 16,13%, o que é entendível face aos montantes elevados de existências (60,34% da estrutura do activo) perfeitamente compatível com o tipo de actividade que desenvolve.

A intuição e a frieza que resultam dos números parecem coincidir e revelam que as empresas cooperativas estão mais protegidas do síndrome da crise, que são organizações com uma estabilidade alicerçada em dificuldades. Tal facto permite posicionar as cooperativas como elementos geradores de harmonia social. Por um lado, porque não geram desemprego nos períodos de ajustamento conjuntural, por outro lado, porque não provocam desemprego pela deslocalização dos seus investimentos.

Por seu turno, é a convicção que leva o INSCOOP a continuar esta aposta de quase um quarto de século de vida. Falamos do estudo das 100 MAIORES EMPRESAS COOPERATIVAS. Falamos da convicção de que estamos a contribuir para a valorização da imagem do sector cooperativo.

A edição de AS 100 MAIORES EMPRESAS COOPERATIVAS, com dados de 2007, segue a linha editorial dos anos anteriores: começa com as reflexões sobre a realidade portuguesa nos seus aspectos sociais e económicos, a que se segue a análise do grupo das maiores cooperativas, complementada com o seu enquadramento no grupo das grandes empresas nacionais.

Porque é importante... apresenta os principais pontos da Resolução sobre Economia Social aprovada pelo Parlamento Europeu a 19 de Fevereiro de 2009, e que revela uma nova forma de olhar para a importância e forma de intervenção das organizações deste sector.

Mantém-se, igualmente, o espaço reservado ao capítulo dedicado à responsabilidade social nas grandes empresas cooperativas, assim como o dedicado às reportagens, desta feita com entrevistas ao Secretário Geral da Confagri e ao Presidente da Direcção da Fenache.

A dimensão empresarial é tratada no ranking das 100 MAIORES, segundo o critério do volume de vendas e, ainda, trabalhada de acordo com outros critérios que nos permitem determinar quais as 10 Melhores cooperativas em cada um deles.

A distribuição das 100 MAIORES por escalões de volume de vendas e por distritos são outros dos dados incluídos neste estudo, assim como a apresentação das cinco maiores cooperativas de cada ramo.

Mesmo não estando incluídas no ranking que ordena as 100

maiores empresas cooperativas, por não terem dimensão ou por não lhes ser aplicável o critério escolhido, incluem-se aqui cooperativas que nos permitem ter uma visão mais concreta sobre toda a riqueza e diversidade do sector cooperativo.

Para a elaboração de As 100 MAIORES EMPRESAS COOPERATIVAS, com dados de 2007, foram analisados os relatórios e contas de 940 empresas cooperativas (cerca de 29 por cento do universo cooperativo nacional) remetidos ao INSCOOP no cumprimento do disposto no nº1, do artº 88º do Código Cooperativo.

Ramo	Relatórios e Contas Recebidos	Universo cooperativo	%
Agrícola	246	905	27,2
Artesanato	6	60	10,0
Comercialização	18	60	30,0
Consumo	33	189	17,5
Crédito	102	115	88,7
Cultura	51	311	16,4
Ensino	64	144	44,4
Habitação e Construção	158	569	27,8
Pescas	5	25	20,0
Produção Operária	19	99	19,2
Serviços	97	531	18,3
Solidariedade Social	101	192	52,6
Uniões	32	73	43,8
Federações e Confederações	8	24	33,3
Total	940	3 297	28,5

Indicadores

Volume de Vendas: soma da venda de mercadorias, prestação de serviços e subsídios à exploração.

Crescimento das Vendas: variação percentual do volume de vendas entre o ano anterior e o ano em análise.

Emprego: número de efectivos no final do exercício económico.

VAB (Valor Acrescentado Bruto): soma das despesas com o pessoal, amortizações e provisões do exercício, despesas financeiras líquidas de receitas financeiras, impostos directos, provisões para impostos sobre resultados e resultados líquidos.

Produtividade do Trabalho: razão entre o VAB e o Emprego (indicadores já definidos).

Resultados Líquidos: resultados apurados no exercício segundo o POC.

Capitais Próprios: soma do capital social, reservas, resultados transitados e resultados do exercício.

Cash-Flow: soma dos resultados líquidos, amortizações e provisões do exercício.

Autonomia Financeira: razão entre os capitais próprios e o activo líquido total.

Rendibilidade dos Capitais Próprios: razão entre os resultados líquidos e os capitais próprios.